

DISSIMILARIDADE SÓCIO-ECONÔMICA E RACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

SOCIOECONOMIC AND RACIAL DISSIMILARITY
IN THE BRAZILLIAN CITIES

Dimas E. Soares Ferreira^()*

RESUMO

Este estudo trata das dissimilaridades sócio-econômicas e raciais presentes nas cidades brasileiras, por meio da análise de algumas realidades sociais e econômicas comparadas com indicadores demográficos, como renda, escolaridade e acesso a bens coletivos e serviços públicos. Pode-se afirmar que pobreza e segregação sócio-econômica e racial possuem relação direta nas grandes cidades brasileiras, bem como se relaciona às condições residenciais de brancos e negros, daí a formação de guetos periféricos negros e as chamadas “zonas sul” e condomínios de classe média, predominantemente brancos. Por fim, mostra que somente uma ação incisiva do estado e uma prática de gestão pública democrática e participativa poderão reduzir esses índices de dissimilaridade e segregação.

PALAVRAS-CHAVE: Dissimilaridade. Segregação. Desigualdade. Racismo.

ABSTRACT

This study deals with the socioeconomic and racial differences found in the Brazilian cities, through the analysis of some social and economical realities compared with demographic indicators such as income, education and access to collective goods and public services. It can be affirmed that poverty and socioeconomic and racial segregation have a direct relationship in the great Brazilian cities, as well as it is linked to the residential conditions of white and black people, then the formation of black outlying ghettos and the called “south areas” and predominantly white middle class condominiums. Finally, it shows that only an incisive action of the state and the practice of democratic public and participative administration will be able to reduce those differences and segregation indexes.

KEYWORDS: Dissimilarity. Segregation. Inequality. Racism.

(*)Doutorando em Ciência Política pela Fafich-UFMG; mestre em Ciências Sociais (Gestão das Cidades) pela PUCMinas; vencedor do XI Prêmio Tesouro Nacional (2006); professor e pesquisador da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) e Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves (IPTAN). E-mail: dimassferreira@uol.com.br

O Dr. Haroldo da Gama Torres, do Cem-Cebrap¹, tem desenvolvido uma série de pesquisas em torno de algumas dimensões sócio-econômicas da cidade de São Paulo. Dentre elas, está a que trata da questão da dissimilaridade residencial presente em indicadores clássicos. Tais pesquisas permitem afirmar que tanto em São Paulo (Tabela 1), como em outras metrópoles brasileiras, há um nível muito alto de segregação residencial presente no espaço urbano, disfarçado ou encoberto pelos dados e indicadores clássicos, como renda, escolaridade e acesso aos serviços públicos, por exemplo.

Tabela 1: Índice de Dissimilaridade Residencial na cidade de SP²

	1991	2000
Entre chefes de família de 0 a 3 SM e de 20 ou mais SM	71.86	76.97
Entre chefes de família de 0 a 3 anos e de 15 ou mais anos como tal	70.76	71.32

Fonte: IBGE, Censos de 1991 e 2000 (*apud* Torres, 2004).

As conseqüências desse processo de segregação residencial, disfarçado pelos índices oficiais, podem ser agrupadas em três grandes problemas, quais sejam: (i) O estado oferece, de modo geral, serviços de pior qualidade aos mais pobres e aos moradores de áreas com maior concentração de pobreza? (ii) As condições sócio-econômicas locais implicam maior dificuldade de acesso ao emprego e ao trabalho por conta, principalmente, da menor capacidade de empregabilidade dos moradores das áreas mais pobres da cidade? (iii) Há efeitos de vizinhança que levam os mais pobres a usarem como espelho social pessoas também pobres, como analfabetos, desempregados e bandidos?

No caso do primeiro problema, a resposta é sim. Cabendo ressaltar que a caracterização da desigualdade no acesso aos serviços públicos, a partir de indicadores clássicos, está se tornando cada vez mais difícil de ser feita, pois os dados oficiais encobrem ou disfarçam a real situação em relação ao acesso

¹ Centro de Estudos da Metrópole sediado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

² O índice de dissimilaridade mede a proporção da população (de um dado grupo social) que teria de mudar para que a distribuição de cada grupo social em cada área fosse similar a essa distribuição para o conjunto da cidade. No geral, um índice de 0 a 30% implica uma segregação suave, de 30 a 60% uma moderada e de mais de 60% uma severa (MASSEY e DENTON, 1993; BRIGGS, 2001, *apud* TORRES, 2004).

e à qualidade da oferta destes serviços. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, as notas obtidas a partir do exame aplicado pelo governo aos alunos de sua rede pública são consideravelmente menores em regiões periféricas.³ A análise desse fato, aliada a algumas informações a respeito do tipo de serviço público oferecido, permite concluir que o desempenho das escolas está diretamente ligado a questões como: nível de escolaridade dos pais (fator com mais de 50% de peso sobre os resultados finais); localização, infra-estrutura, direção e outros serviços associados à escola; nível e qualidade dos professores; sexo, renda e raça dos alunos; material didático, modelo de aprendizagem e conteúdos curriculares, entre outros.

No caso específico do nível e da qualidade dos professores, pode-se dizer que é decisivo o tipo de profissional alocado em determinadas regiões da cidade, considerando-se para isso capacitação, motivação e grau de frequência ao trabalho. Além da qualidade de outros serviços associados à escola, como fornecimento e qualidade da água, merenda escolar, tempo de permanência dos alunos na escola⁴ e volume per capita de recursos investidos por região, que também são decisivos nas notas obtidas pelos respectivos alunos no exame acima citado. Evidências empíricas já foram comprovadas em diversos estudos, como os realizados por Brandão (1983), Gomes (1994), Lahoz (2000), Rodrigues (1984) e Silva (2000).

Os determinantes da atuação de professores nas áreas centrais e periféricas dependem de questões, tais como os aspectos ligados à carreira do magistério. Nesse caso, um bom exemplo é a escolha do local de trabalho que se dá de forma meritocrática, ou seja, têm preferência os professores que foram mais bem colocados nos concursos públicos. Dessa forma, um mecanismo de distribuição dos cargos, que visa democratizar o acesso ao emprego público, torna-se perverso, já que nas escolas de periferia ficam alocados os professores com pior colocação nos concursos públicos, logo, profissionais teoricamente menos qualificados vão atuar nas áreas mais distantes e de difícil

³ Aplicado através do Saresp - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.educacao.sp.gov.br>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

⁴ Há um número muito grande de educadores e pedagogos que consideram que o modelo educacional brasileiro está superado e precisa ser urgentemente repensado, principalmente por conta do elevado índice de repetência nas escolas públicas e do baixo desempenho nos exames de avaliação, como o ENEM. Alguns acham que somente reformulando os conteúdos curriculares e aumentando o tempo do aluno na escola será possível melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras.

acesso. Como muitos destes educadores sentem-se desmotivados e desestimulados a assumir seus cargos em escolas que ficam longe do centro ou de seu domicílio, tem-se também nas escolas periféricas uma maior incidência de professores substitutos e contratados, além de elevados índices de ausência ao trabalho por parte desses profissionais que emendam feriados, recessos e, de forma recorrente, apresentam atestados médicos para justificar suas ausências. Talvez, uma forma de minimizar esse fato seria estabelecer um adicional por local de exercício ou um estímulo à presença em sala de aula (adicional “pó de giz”), mecanismos já existentes nas redes públicas de alguns estados e municípios brasileiros, como São Paulo e Minas Gerais, por exemplo.

Outra questão relacionada a essa constatação de que o estado oferece, de modo geral, serviços de pior qualidade aos mais pobres e aos moradores de áreas com maior concentração de pobreza, é a falta de qualificação técnica para o trabalho. No caso da educação, os professores geralmente não sabem lidar com alunos de origens sociais diferentes ou com o problema do preconceito, seja ele racial ou social. Na realidade, o estado não oferece nenhum tipo de treinamento específico aos seus profissionais de educação para que possam lidar de forma adequada com esses problemas.

Contudo, muitas vezes verificamos que, do ponto de vista da infra-estrutura, existe uma “igualdade” formal entre as escolas públicas, já que praticamente todas elas possuem biblioteca, sala de informática, quadra de esportes. Por outro lado, há grande desigualdade em relação a outros mecanismos de acesso aos serviços públicos, como moradias distantes dos pontos de oferta dos serviços e do mercado de trabalho, exposição a riscos, pressão demográfica e dificuldades de comunicação. Essa realidade responde ao segundo problema levantado aqui, qual seja: as condições sócio-econômicas locais implicam maior dificuldade de acesso ao emprego e ao trabalho por conta, principalmente, da menor capacidade de empregabilidade dos moradores das áreas mais pobres da cidade? Novamente, a resposta é sim. Já que a desigualdade no acesso aos serviços públicos precariza e fragiliza a situação sócio-econômica dos moradores de periferias. Assim, sem uma creche por perto, dificilmente a mãe pobre conseguirá estudar ou se inserir no mercado de trabalho. Sem água e esgoto, a família terá problemas para evitar doenças infecto-contagiosas e, com isso, as crianças e os jovens estarão permanentemente afastados da escola. Sem escola, tanto jovens como adultos não conseguirão se aperfeiçoar

sob o ponto de vista técnico para disputar um bom emprego e/ou trabalho. E assim por diante. Trata-se, portanto, de um ciclo vicioso que empurra essa população periférica e pobre para situações de irremediável insegurança social, deixando-as expostas a inúmeros riscos. Segundo Torres (2004), “[...] existe grande evidência na literatura de que, por diferenciados mecanismos, a segregação espacial contribui para a reprodução da pobreza e de problemas sociais nas áreas de emprego, educação, habitação, saúde, transportes, geração de renda e segurança pública”. Recentemente, o Presidente Lula afirmou que essa situação comprova que o debate não se restringe ao meio acadêmico, ocorrendo também nas hostes do governo.

“[...] a implantação de redes de água e esgoto nas favelas cariocas pode ser usada como forma de prevenir a violência. Muitas vezes as condições sócio-econômicas e as condições de moradia levam as pessoas a descaminhos que nós não gostaríamos.” (SILVA, 2007, A3).

Torres (2004) levanta seis elementos responsáveis pela elevação e perpetuação dos níveis de pobreza nas metrópoles: a má qualidade residencial, incluindo-se aí: os inerentes riscos ambientais e à saúde; os custos de moradia que forçam famílias pobres a gastarem proporcionalmente mais do que famílias de classe média ou alta; os efeitos de vizinhança – que será discutido a seguir; a distância entre o local de moradia e o local de trabalho; situações de irregularidade fundiária e, enfim, a dificuldade de utilização da moradia como gerador de renda.

Finalmente, o terceiro problema: há efeitos de vizinhança que levam os mais pobres a usarem como espelho social pessoas também pobres, como analfabetos, desempregados e bandidos? Nesse caso, mais uma vez a resposta é afirmativa. É o que os cientistas sociais denominam de “*peer groups*” ou grupos de semelhança social, ou seja, a influência dos vizinhos e assemelhados sócio-econômicos sobre o comportamento social daqueles que vivem em regiões periféricas. Assim, em quem se espelham os mais pobres e segregados? Nos vizinhos, em geral, também pobres, desempregados, bandidos etc. Diversos estudos comprovam este fenômeno social. Duralauf (2001), Briggs (2001) e Cardia (2000) demonstram que pessoas que crescem em regiões periféricas onde os níveis de pobreza são muito altos, sofrem influências ex-

tremamente negativas do ponto de vista educacional, de capacidade de empregabilidade, de envolvimento na criminalidade, de gravidez na adolescência etc (*apud* TORRES, 2004).

Obviamente é preciso ressaltar que há diferenças entre pobres que vivem em periferias e pobres que moram em áreas próximas ao centro da cidade, pois estes últimos têm acesso a serviços públicos nas áreas de saúde, educação e segurança pública de melhor qualidade que aqueles oferecidos nas zonas periféricas das grandes cidades. Além disso, os gastos com habitação e transportes são significativamente menores para aqueles que vivem em regiões centrais, ao mesmo tempo em que as oportunidades de emprego e de geração de renda são maiores nessas áreas.

Por tudo isso, podemos afirmar que ocorre uma segregação sócio-econômica nos grandes centros urbanos. Fenômeno que, quando comparado aos dados demográficos sobre raça e cor, demonstra a existência de uma nítida separação espacial entre brancos, pardos e negros, bem como entre ricos e pobres, estabelecendo-se guetos periféricos onde se concentra uma população predominantemente parda e negra pobre e condomínios e bairros de classe média alta e de ricos com população essencialmente branca. Trata-se de um *apartheid* não só sócio-econômico, mas também racial. Segundo Neto e Riani afirmam:

[...] a cor do indivíduo configura-se como um atributo adscrito, ou seja, inerente a ele. Esse atributo pode resultar em segregação residencial, onde os indivíduos do mesmo grupo se concentram nos mesmos lugares, levando, dentre outras coisas, a uma desigualdade urbana. (NETO; RIANI, 2007).

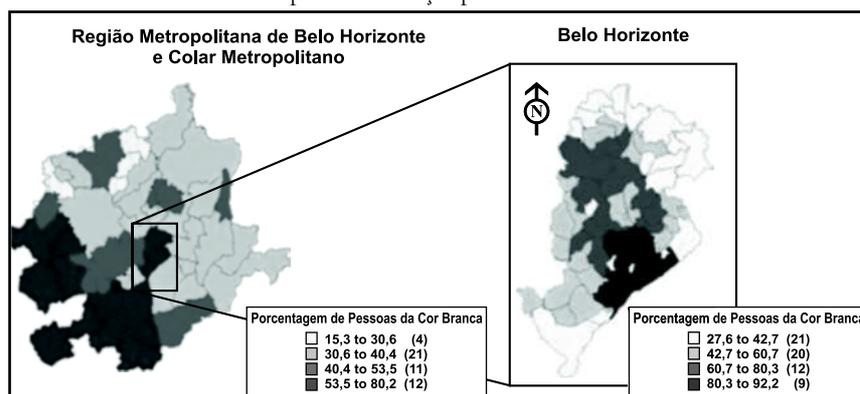
O CEDEPLAR/UFMG⁵, também vem realizando alguns estudos a respeito das desigualdades e segregação raciais residenciais em áreas metropolitanas, como Belo Horizonte Rio de Janeiro e São Paulo. O que permite afirmar que se verifica uma maior concentração de brancos em regiões habitadas por famílias de classe média e alta (Mapa 1) e, de negros⁶ em regiões com predomínio de famílias pobres. Fato que também está fortemente vinculado ao nível educacional, isto é, a escolaridade é maior entre os brancos que predo-

⁵ Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁶ Negros aqui devem ser entendidos como pretos e pardos.

minam nas faixas com média de 11 a 15 anos de estudos e significativamente menor entre os negros que predominam na faixa com média de 0 a 3 anos de estudos (RIOS-NETO, 2004 *apud* NETO; RIANI, 2007).

Mapa 1: Distribuição por cor – Brancos



Fonte: IBGE e PBH (PRODABEL), *apud* Neto; Riani (2007).

Contudo, não são somente fatores de ordem social e econômica que definem o nível de segregação racial, mas também fatores de auto-segregação e racismo (TELLES, 2003 *apud* NETO; RIANI, 2007). Nesse sentido, percebe-se que há maior segregação entre os mais ricos e mais escolarizados (Tabela 2).

Tabela 2: Índice de dissimilaridade por anos de estudo – BH/2000.

CATEGORIAS	ÍNDICE DE DISSIMILARIDADE
zero ano de estudo	
Branco e pretos	22,86
Branco e pardos	20,04
1 a 3 anos de estudo	
Branco e pretos	21,24
Branco e pardos	19,45
4 a 7 anos de estudo	
Branco e pretos	19,24
Branco e pardos	17,92
8 a 10 anos de estudo	
Branco e pretos	24,44
Branco e pardos	23,61
11 e + anos de estudo	
Branco e pretos	40,75
Branco e pardos	35,17

Fonte: Dados elaborados a partir do Censo Demográfico/2000 (*apud* NETO&RIANI, 2007).

Nas principais metrópoles brasileiras é possível identificar áreas com grande concentração de brancos, especialmente nos bairros das chamadas “zonas sul” e condomínios fechados. No Rio de Janeiro, bairros da orla litorânea e Zona Sul, como Barra da Tijuca, Ipanema, Lagoa, Copacabana, Botafogo, Laranjeiras e Flamengo, além de bairros próximos do centro, como Glória, Santa Tereza e Tijuca. Em São Paulo, essa população se concentra nos bairros centrais da cidade, além de regiões do Centro-sul paulistano, como Pinheiros, Barra Funda, Liberdade, Moóca, Brás, Sé, Morumbi e Jardim Paulista. Em Belo Horizonte, as regiões predominantemente brancas são as próximas ao centro-sul da capital, como Savassi, Lourdes, Funcionários, São Pedro, São Lucas, Santo Agostinho, Mangabeiras, Belvedere, Santa Efigênia, Floresta, Santo Antônio, Serra, São Bento, Luxemburgo e Sion. Curitiba concentra sua população branca nos bairros centrais da cidade (Bigorrrilho, Seminário, Batel, Vila Isabel, São Francisco, Alto da Rua XV, Alto da Glória, Guabirota, Jardim das Américas, Bacacheri, Boa Vista), ocorrendo o mesmo também em Porto Alegre. Uma relativa exceção a essa regra é Salvador que, por ter uma população negra proporcionalmente maior que as demais metrópoles, não apresenta muita concentração de população branca numa região da cidade, pois é forte a presença dos negros em quase todos os bairros da capital baiana.

Ao contrário dos brancos, os negros estão concentrados nas áreas mais pobres e carentes da infra-estrutura urbana das metrópoles. Em Belo Horizonte, as regiões nordeste e as áreas de favelas encravadas nas regiões sul, centro-oeste e leste da cidade são as que apresentam elevados percentuais de negros, coincidindo com as áreas de maior proporção de pobres e indigentes da cidade. O mesmo padrão se repete no Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Recife e Salvador. Assim, a partir desses dados é possível afirmar que existe um verdadeiro “*apartheid*” sócio-econômico e racial nas grandes cidades brasileiras.

Em Belo Horizonte, os bairros da cidade que concentram um percentual de entre 55 e 71% de população negra, são os mesmos bairros que concentram entre 28 e 39% de pobres e 8 a 16% de indigentes (IBGE, 2000 *apud* NETO; RIANI, 2007). Em Curitiba, quatro bairros que concentram entre 17 e 31% de negros, são os mesmos que concentram entre 30 e 43% de pobres e 8 a 21% de indigentes. Esse mesmo padrão se repete para todas as metrópoles brasileiras abordadas nos trabalhos de Neto e Riani (2007) e Torres (2004).

Dentre as metrópoles brasileiras aqui abordadas, Salvador é a que apresenta o maior índice de dissimilaridade – 30,2%. Isso significa que quase um terço da população branca e negra precisaria mudar de área para que houvesse uma distribuição racial equitativa em todas as regiões da cidade. Já Recife é a cidade que tem o menor índice de dissimilaridade – 20,13%. São Paulo e Porto Alegre têm índices muito próximos de Salvador, ou seja, 29,94% e 29,69%, respectivamente. Já Curitiba é a metrópole com o índice de dissimilaridade mais próximo de Recife – 22,57%. Por fim, Belo Horizonte com 28,31% e Rio de Janeiro com 25,64% são metrópoles com índices intermediários altos, comparativamente falando (IBGE, 2000 *apud* NETO; RIANI, 2007).

Quando analisadas as condições da habitação dessas parcelas de população branca e negra, percebe-se a distância existente entre ambas, comprovando mais uma vez a existência de um processo de segregação não apenas sócio-econômica, como também racial nas regiões urbanas do Brasil, ainda que esses números não sejam tão díspares em alguns aspectos. Segundo o IPEA, em 2001, 98,6% da população branca dessas regiões possuíam domicílios feitos com tetos duráveis (laje ou telhado). Esse percentual entre os negros era um pouco menor, 98%. Já o percentual de domicílios construídos com paredes duráveis entre brancos era de 99,2% e entre negros 97%. Outro aspecto que permite identificar a qualidade de vida dos grupos raciais brancos e negros é o que indica o percentual de domicílios com densidade excessiva.⁷ Entre os brancos, 4,9% dos domicílios possuem densidade excessiva. Ao passo que chega a 10,4% o percentual de domicílios de negros com excessiva densidade.

Ter acesso à água potável é um dos indicadores mais importantes para se medir o nível da qualidade de vida de uma dada população ou parcela dela. Nesse sentido, dados do IPEA, construídos a partir do PNAD/IBGE⁸ indicam que dos domicílios urbanos brasileiros compostos de famílias brancas, 92,9% possuem acesso à rede de abastecimento de água, contra somente 82,5% dos domicílios de negros. Quanto ao percentual de domicílios com acesso a redes de saneamento básico, 41,3% dos domicílios chefiados por brancos tem acesso e somente 20,6% dos domicílios chefiados por negros,

⁷ Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), considera-se um domicílio com densidade excessiva, aquele que tem mais de três pessoas por cômodo ou dormitório.

⁸ Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ou seja, o dobro dos domicílios de brancos em relação aos domicílios de negros tem acesso ao esgotamento sanitário. Para Neto e Riani (2007), se for mantida a atual tendência de expansão do acesso ao saneamento básico nas regiões urbanas brasileiras, os negros levariam duas décadas e meia para alcançar os padrões atuais dos domicílios de brancos. Esse talvez seja o mais gritante de todos os indicadores de segregação sócio-econômica e racial nos grandes centros urbanos brasileiros.

Em 2001, a distância entre domicílios chefiados por pessoas brancas com acesso a redes de esgoto sanitário era 18,5% maior que os domicílios chefiados por negros. Também em 2001, somente 2,6% dos domicílios chefiados por brancos não tinha acesso à coleta de lixo, contra 8,4% dos domicílios chefiados por negros. Dessa forma, pode-se dizer que os negros têm quase três vezes menos acesso a esse serviço que os brancos.

Ainda segundo Neto e Riani (2007), a redução desses índices de dissimilaridade sócio-econômica e racial nos centros urbanos brasileiros depende fundamentalmente de investimentos públicos em setores básicos, como assistência social, educação, saúde, formação técnica e profissional, segurança etc. No caso específico dos indicadores analisados anteriormente, especialmente o acesso à água potável e a redes de saneamento básico, a dependência em relação ao poder público é muito grande, pois trata-se de um setor que ainda é muito ou quase totalmente controlado pelo estado. Daí ocorre uma visão predominantemente eleitoreira e imediatista dos gestores públicos, a qual impede que parte significativa dos recursos orçamentários sejam destinados a projetos e ações que visem o saneamento básico e o acesso à água potável.

Em estudo recente, Ferreira (2004) demonstrou que em alguns grandes centros urbanos brasileiros, como Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Goiânia, tem havido significativa ampliação do acesso de camadas mais pobres e excluídas dessas cidades a serviços públicos e bens de uso coletivo. Tal situação ocorre principalmente por causa da prática de orçamentação participativa, na qual a definição sobre a aplicação dos recursos públicos é feita por meio de um processo participativo e democrático, onde as comunidades se organizam para defender a solução de suas principais demandas sociais.

Por fim, vejamos como dá o acesso à energia elétrica, que é um bem de uso coletivo. Aqui as diferenças quanto ao acesso entre as famílias chefiadas por brancos e negros são muito pequenas: 99,6% e 98,6%, respectivamente

(PNAD/IBGE *apud* NETO; RIANI, 2007). O que chama a atenção é o ritmo de ampliação do acesso dos domicílios chefiados por negros nesse quesito, saindo de 95,5% em 1992, para 98,6% em 2001, o que significa, um incremento de 3,1%, contra 0,7% dos domicílios chefiados por brancos nesse mesmo período. Alguns programas do governo federal, como o Luz Para Todos e o PAC têm alocado somas significativas de recursos para serem investidos em projetos e programas com o objetivo solucionar problemas ligados à carência de determinadas camadas sociais, sobretudo as compostas por pobres e, portanto, predominantemente pela população de afrodescendentes. Entre estes investimentos destacam-se a oferta de bens de uso coletivo e serviços públicos, especificamente energia elétrica e saneamento básico, contribuindo assim para reduzir a desigualdade social. Buscam-se também “ações afirmativas que visem reparar os aspectos discriminatórios que impedem o acesso de pessoas pertencentes a diversos grupos sociais às mais diferentes oportunidades” (LOPES, 2006, p. 7).

O que podemos afirmar, com certeza, é que pobreza e segregação sócio-econômica e racial caminham juntas no Brasil. Mais do que uma questão meramente cultural e histórica, esse é um fenômeno social, no qual os problemas decorrentes de índices elevados de dissimilaridade racial, social, econômica e residencial devem ser colocados no centro da pauta da agenda pública. Essa agenda deve permitir que políticas e programas desenvolvidos pelo Estado visem não só reduzir a níveis aceitáveis os indicadores sociais, como também democratizar o acesso a bens de uso coletivo e serviços públicos. Consideramos, dessa maneira, que a macroeconomia não pode continuar se sobrepondo às políticas públicas sociais, e que o modelo desenvolvimentista baseado na ação do Estado deve voltar-se para a solução de grandes problemas sociais ainda presentes nas áreas mais pobres dos centros urbanos brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Zaia *et al.* O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 64, n. 147, mai/ago 1983, p. 38-69.

FERREIRA, Dimas E. Soares. O orçamento participativo como mecanismo de *accountability*: as experiências de Porto Alegre, Belo Horizonte, Goiânia, São Paulo e Recife. Dissertação de Mestrado. PUCMinas – Belo Horizonte, 2004. 172f.

GOMES, Candido Alberto. *A educação em perspectiva sociológica*. 3 ed., São Paulo: Atlas, 1994.

LAHOZ, André Casa. Na Nova Economia a educação é um insumo cada vez mais importante. Com investimentos, políticas consistentes e continuidade, o Brasil melhora suas chances de prosperar. In: *Revista Exame*. Ano 34, nº 75, abril 2000, p. 173-180.

LOPES, Cristina (Org.). *Cotas raciais: Por que sim?* IBASE: Observatório da Cidadania. 2 ed., Rio de Janeiro: 2006.

NETO, Eduardo Rios; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. *Desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana*. FJP-MG. Belo Horizonte, 2007. Site <www.eg.fjp.mg.gov.br/publicacoes>, acesso em 01 jun 2007.

RIOS-NETO, Eduardo L.G. (Coord.), Módulo 8 – A dimensão humana em Belo Horizonte: Família, Educação e Raça. Projeto Belo Horizonte no Século XXI. Execução Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, Julho/2004.

RODRIGUES, José Ribamar Torres. Evasão e repetência no Ensino de Primeiro Grau. Um fenômeno conjuntural ou estrutural? In: *Revista Educação*. Ano 1, nº 3, abril/junho 1984, p. 20-2.

SILVA, Arlete Vieira da. O processo de exclusão escolar numa visão heterotópica. In: *Revista Perspectiva*. v. 25, nº 86, Erechim/RS, jun. 2000, p. 1-28.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Nem Lula inibe crime no Rio. In: *Jornal do Brasil*, A3, 15 jun 2007.

TELLES, E. E. Racismo a brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2003. In: NETO, Eduardo Rios; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. *Desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana*. FJP-MG. Belo Horizonte, 2007. Site <www.eg.fjp.mg.gov.br/publicacoes>, acesso em 01 jun 2007.

TORRES, Haroldo da Gama. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 5, 2004.